



ESTUDO DE CASOS - MILITÂNCIA E A MATERNIDADE: NARRATIVAS E IDENTIFICAÇÕES

Ivonete Pereira¹

O trabalho aqui apresentado é um recorte de uma pesquisa mais ampla, na qual investigamos e analisamos a trajetória² de vida de mulheres argentinas, brasileiras e paraguaias que, durante o período de 1964 a 1989, romperam com determinadas identidades de gênero para se engajar em projetos coletivos de militância, nos quais analisamos também os possíveis significados que tais escolhas geraram para a vida delas.

Neste artigo³, em particular, estamos refletindo sobre a trajetória de duas mulheres: Maria Amélia de Almeida Teles e Irma Antognazzi.

Em Belo Horizonte, no ano de 1960, quando estava com 15 anos de idade, Maria Amélia – conhecida como Amelinha – tornou-se militante do PCdoB, ainda quando o partido integrava o “Partidão”⁴, passando, a partir desse momento, a traçar novos caminhos para sua história⁵. Irma Antognazzi, ativista dos direitos humanos, civis e políticos desde a década de 1960, a partir dos primeiros anos da década de 1970 passou a militar na Frente Anti-imperialista e pelo Socialismo (FAS)⁶, na cidade de Rosário, na Argentina, mudando assim os rumos de sua trajetória.⁷

Cabe salientar que a análise das narrativas dessas mulheres é de suma importância para os estudos da especificidade da militância feminina, tendo em vista as condições em que elas se inseriram nos movimentos de resistência, já que, para isso, tiveram que desafiar o código social

¹ Doutora em História e docente do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

² Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de trajetória por nós utilizada é a apresentada por Bourdieu em BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998 (p. 183-191). Bourdieu, em suas análises, argumenta que este é um dos muitos caminhos possíveis, entre uma série de possibilidades, que pode ser seguido por indivíduo, ou pelo grupo, em um campo determinado, estando este sujeito a transformações. Identificamo-nos com tal definição ao considerarmos a militância de mulheres “em contraste com os demais caminhos abertos para as mulheres de sua geração”. Ver GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres e Militantes*. *Estudos Feministas*, 5(2), 1997, p 350.

³ Parte deste texto foi publicado no artigo intitulado Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989), pela *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Vol. 12, Números 1-2, Janeiro-Dezembro de 2009

⁴ O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi formado em 1962 por dissidentes do chamado “Partidão”, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cf. REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 141.

⁵ TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira. Florianópolis, 7/5/2009. Material disponível no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) aos seus pesquisadores, p. 1

⁶ Nome oficial, desde 1967, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, legalizado em 1973. Em 1976, torna-se clandestino novamente.

⁷ ANTOGNAZZI, Irma. Entrevista concedida a Ivonete Pereira, Marechal Cândido Rondon, 20/8/2008. Material disponível no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) aos seus pesquisadores, p. 1



vigente, que estipulava as identidades de gênero, entre as quais, certamente, não fazia parte a inserção em organizações de resistência ao regime.

Por serem as experiências vivenciadas por essas mulheres diferentes entre si e, principalmente, diferentes das vivenciadas pelos homens, podemos arriscar que a militância das mulheres, no referido período, tem duplo destaque: primeiro, contesta o regime político vigente, firmando sua presença no espaço público-político, e, segundo, coloca em xeque valores estabelecidos e as hierarquias de gênero no contexto social vigente.

Ao abraçarem a causa coletiva da militância, romperam com o que se esperava de uma mulher, adotando outras identificações até então a elas proibidas. Assim, no bojo desse processo, foram quebradas normas, tabus e toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava, de forma incisiva, a vida dessas mulheres naquele período.

Nesse sentido, malgrado todas as quebras de tabus e a superação de obstáculos referentes à militância dessas mulheres, carecem de estudos as narrativas acerca dos elementos subjetivos que configuravam o ser militante (projeto coletivo) e o ser mãe (projeto individual). Possivelmente a maternidade⁸, para essas mulheres, consistiu em experiências permeadas por conflitos, haja vista que as organizações de militância em que estavam inseridas geralmente se posicionavam indicando e/ou influenciando os caminhos a serem seguidos pelas militantes e pelos casais, sendo que, para algumas, tais projetos individuais eram entendidos como excludentes.

Não podemos, contudo, atribuir uma experiência conflituosa a todas as militantes, pois, além de cada organização ter suas próprias normas, certamente essa questão pode ter sido tratada diferentemente por cada país. Nossas discussões se restringem, portanto, à análise dos dados levantados em nossas fontes sobre essa questão. Nos casos específicos, deste artigo, ambas as entrevistadas afirmam não terem tido problemas com o Partido e/ou com companheiros de militância.

Independentemente, porém, de a maternidade ter sido ou não encarada como problema pelas organizações em que estavam inseridas as militantes brasileiras e argentinas, a conciliação entre militância e maternidade, para essas mulheres, foi conflitante, mesmo que apenas em sua subjetividade – o que verificamos através de suas narrativas e dos demais documentos.

⁸ Cabe esclarecer que estamos concebendo maternidade não como um conceito abstrato ou como pressuposto cultural partilhado, em particular com a noção de mãe, noção criada pela cultura ocidental cristã, mas como parte expressiva de relações concretas.



Tomaz Tadeu da Silva⁹, ao analisar o processo de construção da identidade e da diferença da perspectiva da demarcação de lugares de pertencimento, afirma que “[...] somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais”. Para Stuart Hall¹⁰, as identidades são construções discursivas, constituídas de formas múltiplas no interior de jogos de poder. Heterogêneas e cambiantes, são produtos da diferença e da exclusão, e não símbolo de unidade idêntica, constituída naturalmente, e neste caso se constituem em identificações. Para compreender o significado das identificações, é necessário buscar as formações e práticas discursivas que as construíram, bem como os locais históricos e culturais em que foram pautadas. Foi com base nessa caracterização que, através da história comparativa, refletimos sobre as experiências de mulheres brasileiras e argentinas em suas identificações com a militância e com a maternidade.

Cabe destacar que, na construção dessa história comparativa, buscamos, para além das similitudes, também as diferenças existentes no *modus operandi*, dadas as singularidades de cada contexto, a cultura e a subjetividade de cada uma dessas mulheres.

Ao nos embrenharmos na realização de uma história comparativa cujo campo de análise abrange Brasil e Argentina, devemos ter claro que ela não irá se restringir às relações entre esses países, mas a partir de uma problemática comum a eles, evitando falsas analogias e anacronismos, para identificar as semelhanças dos processos históricos em análise e, mediante um conjunto de variáveis indagadas sistematicamente nos casos em consideração, encontrarmos o ponto crítico diferenciador entre eles.¹¹

Não é nossa pretensão atribuir “valores” às trajetórias dessas mulheres, pois elas já os possuem. Assim, o que propomos fazer é lançar nosso olhar sobre elas e, a partir desse olhar, demonstrar a importância de sua militância política na luta contra os regimes autoritários no Brasil e na Argentina entre 1964 e 1989.

Para efeito de esclarecimento, destacamos que é a partir da narrativa que estamos construindo essa história, já que essa perspectiva de trabalhar a história nos permite o questionamento dos antigos enfoques analíticos, centrados nas datas impostas pelo discurso oficial, nos grandes acontecimentos ou na ênfase concedida aos nomes consagrados pela heroicização

⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 76

¹⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

¹¹ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 13-18



política. Cenas cotidianas e aparentemente inexpressivas para a elucidação dos fatos históricos passam a compor o quadro das pequenas narrativas, igualmente responsáveis pela construção do sentido subliminar da história.

Em sua narrativa, Amélinha nos fornece detalhes do momento em que sua família foi levada para os “porões da ditadura”, bem como sobreviveu às torturas físicas, psicológicas, e de como sua vida e de seus familiares foi invadida pela máquina repressora do Estado, além de suas estratégias de luta contra o regime, pela sobrevivência, liberdade, democracia e direitos humanos.

Amelinha afirma, ainda, que não teve problemas com a gravidez e a militância, no entanto, diz ela, por ser uma mãe inexperiente, sentia-se só no que se referia à divisão de apreensões sobre a maternidade e sobre questões práticas do dia a dia. Diz que seus companheiros do Partido eram solidários, mas que não confiava neles, já que não eram atenciosos. Quanto a César Augusto Teles, seu esposo, ao contrário, nele tinha plena confiança para deixar sua filha quando tinha que se ausentar. E também tinha confiança nas mulheres dos militantes, com quem sempre deixava seus filhos com tranqüilidade: “eu até percebia isso, que elas tratavam muito melhor os meus filhos do que eu própria. Eu percebia isso.”¹²

Destaca, em sua narrativa, que tais mulheres,

Tinham aquele carinho, exemplo, gostavam de comer pastel, de fazer pastel pra eles. Essas coisas assim. Que eu não ia fazer pastel. Não dava tempo de fazer pastel e tinha esses detalhes, assim, aquele pastel gostoso. [...] Ele vinha com aquela roupinha toda passadinha, limpinha. Muitos dias nem passava a roupa, tirava do varal e punha nele.¹³

Ante a afirmação de que as mulheres dos companheiros de militância tratavam seus filhos melhor do que ela própria, temos a impressão de que Amelinha hierarquizava as atividades de militância e da maternidade, sendo que o “cuidar” dos filhos estaria em uma escala inferior no grau de suas prioridades, pois, nas palavras dela, as mulheres faziam a “comidinha” de que as crianças gostavam e que ela não tinha tempo para fazer. Certamente essa é nossa leitura de sua narrativa, por outro lado pensamos que isso vem de encontro à concepção que Amelinha tem de maternidade, uma vez que afirma que vê a maternidade como um projeto coletivo e não individual, “mas eu acho que a maternidade, a minha maternidade, pode ser que a dos outros seja individual, mas a minha foi coletiva. Já que todos os homens foram pais dos meus filhos, eles se consideravam. Só tinha homem, né, não tinha mulher, mas se tivesse mulher também ia bem.”¹⁴

¹² TELES, Op. Cit. p. 3

¹³ Idem

¹⁴ Ibidem, p. 14



Ficamos na dúvida se essa visão de maternidade coletiva não era apenas uma idealização de Amelinha, pois se, em um momento de sua narrativa diz que seus companheiros de militância foram pais para seus filhos, em outro momento da mesma narrativa, expressou a falta de confiança em deixar seus filhos aos cuidados de seus companheiros de militância, paralelo ao destaque que fez do quanto às mulheres dos militantes eram cuidadosas com seus filhos, afirmando que seus filhos “era[m] muito bem tratado[s], mas não era pelos homens, era pelas mulheres dos homens.”¹⁵ E, mesmo em relação à ajuda, cuidado e carinho que essas mulheres davam a seus filhos, não seria apenas solidariedade? Ao invés de uma maternidade coletiva como ela afirma? Vemos com fragilidade as colocações feitas por Amelinha, para demonstrar que sua maternidade foi coletiva. Temos a impressão de que ela tenta buscar no Partido e em seus companheiros uma “autorização” para sua visão de maternidade.

Nós nos perguntamos se seria por ter essa visão sobre maternidade que Amelinha diz não ter tido problemas em conciliar suas atividades de militância com a maternidade, mas que, contraditoriamente, ao narrar as experiências que teve de ambas as identificações, tais dificuldades aparecem, como quando fala de seu reencontro com os filhos após sua saída da prisão:

E aí, o retorno, junto com meus filhos foi um momento muito difícil... Muito estranhamento. Eu sentia eles distantes, sabe, foi muito difícil. Eu acho que esse retorno com os meus filhos, essa dificuldade ficou pro resto da vida. Você entendeu? Você tem uma cobrança, não que não dê, que eu não convivo com meus filhos. Mas é uma coisa assim que você até pra proteger eles, você passa a manter essa distância. Sabe se lá quando eles vão prender de novo, né. Você entendeu? Isso fica pro resto da vida. É um trauma. O trauma, eu falo assim, eu fiquei para o resto da vida. A maternidade é uma coisa que é muito pesada, muito, muito, muito pesada para as mulheres. Entendeu?¹⁶

Ao contrário da maternidade, que Amelinha afirma se algo muito difícil, a militância parecia ser algo inerente às pessoas: “a militância é uma coisa, a militância, você está nela. De uma forma consciente. Na verdade nem sempre... não. Nem sempre... quem é gente... quem é mãe conscientemente? Eu queria saber.”¹⁷

Contradizendo suas noções sobre maternidade, Amelinha vai narrando sua experiência de mãe após a prisão, mas ainda na militância, como um projeto muito seu – e não coletivo –, um problema muito particular, muito individual; barreiras, crises, problemas que as mães, que não veem a maternidade como projeto coletivo vivenciam.¹⁸ Ela mantém, contudo, a afirmativa de que não teve conflitos para conciliar as duas identificações por ela assumidas, a de militante e a de

¹⁵ TELES. Op. Cit., p. 3

¹⁶ Idem, p. 15

¹⁷ Ibidem, p. 17

¹⁸ Idem Ibidem, p. 18



maternidade. Deixa-nos na dúvida se realmente acredita nisso, ou se necessita, como parte de seu projeto de vida e projeto político (que, diga-se de passagem, ela não os distingue), reafirmar seu bom êxito na vivência das duas identificações.

Em seu depoimento, Amelinha expõe as dificuldades que ela teve em relação ao processo de se autoidentificar com os diferentes nomes que o Partido lhe dava.¹⁹ Era sempre um recomeço, uma redescoberta de si mesma. Vivenciava uma metamorfose da “fulana” que deveria ser enterrada nos subterrâneos de sua memória para Maria Helena, Carmem e tantas outras, que passavam a constituir-se como sujeito real.

Você tinha que sempre armar uma história que não era a história, entendeu? pra poder aparentar normalidade. Então você... Era um negócio muito difícil, né? você vivia numa ficção, né? a coisa era uma ficção, mas era a realidade. Você vivia uma ficção realmente. Você vivia mais a ficção do que a realidade, mas a realidade era aquela. Era a ficção. Você tinha que criar situação.²⁰

Ao afirmar que vivia uma ficção, mas que era a realidade, Amelinha demonstra a morte e o nascimento das várias mulheres que ela foi, dos muitos “eus” que ela enterrou e a que deu vida. Esse, possivelmente, não foi um processo fácil, pois essa constituição do sujeito de si para si, nas palavras de Foucault,²¹ é permeada por saberes e por poderes que produzem a “verdade” do próprio sujeito. Uma verdade inventada e produzida, condição *sine qua non* para a existência de seu “eu”, já que, para ele existir, Amelinha tinha que acreditar nessa existência.

Malgrado as reiteradas afirmações de que conciliou com tranquilidade as identificações da militância e da maternidade, ao longo de sua narrativa Amelinha nos passa as dificuldades que teve para fazer isso. A impressão que tais memórias nos repassam é a de que, em alguns momentos, ela não as conciliou, mas sobrepôs uma (a da militância) à outra (a da maternidade). “Minha maternidade na clandestinidade, ela foi uma maternidade que acho que até me ajudou a enfrentar... talvez tenha até me ajudado afetivamente a enfrentar a clandestinidade que é um processo muito difícil.”²²

Não é nossa intenção fazer juízo de valor e julgar se Amelinha cuidava mais ou menos dos filhos que outras mães, se ela foi mais militante que mãe. O que estamos ressaltando é a dificuldade que ela teve em conciliar suas identificações da militância e da maternidade – dificuldade que ela nega, mas que, teimosamente, nas entrelinhas de sua narrativa, suas memórias revelam.

¹⁹ TELES, Op. Cit., p. 8

²⁰ Idem, p. 9

²¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. 6 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985, Cap. II

²² TELES, Op. Cit. p. 3



Durante nossas análises, estamos tendo o devido cuidado com as singularidades e as subjetividades, não correndo o risco de cairmos em um determinismo generalizante, já que, em um mesmo contexto, as pessoas, quer sejam da mesma geração, quer sejam do mesmo grupo de convívio, não são afetadas por algo de maneira igualitária, podendo, portanto, assumir caminhos e posturas diferentes.²³

Desta feita, ao analisarmos as memórias de Irma Antognazzi²⁴, para além de termos claro que o regime autoritário de seu país, a Argentina, não teve uma mesma linearidade que a do Brasil – não apenas por ter acontecido em tempo diferenciado, mas principalmente pelas peculiaridades relativas aos contextos de cada país –, também sabemos que não podemos atribuir as mesmas significações às memórias de Antognazzi e às de Amelinha, malgrado o fato de serem mulheres, militantes, mães que lutaram pelos mesmos ideais, em contextos diferentes, haja vista a subjetividade implícita nas narrativas de ambas.

Também não é nossa pretensão que as reflexões a respeito das experiências dessas duas mulheres deem conta das experiências de todas as mulheres brasileiras e argentinas que experienciaram situações similares. Cabe lembrar, no entanto, o que já frisamos antes: que suas memórias, embora individuais, estão relacionadas e são pautadas por referências e interferência de uma memória coletiva que denota uma experiência coletiva que sai dos subterrâneos através da narrativa dessas mulheres.

Antognazzi relata que, ainda no governo de Isabelita Perón, período em que lecionava a disciplina de História no curso secundário de colégios públicos em Rosário, em 12 de agosto de 1975 teve sua casa invadida pela polícia e, por encontrarem em sua casa a revista *O Combatente*, de cunho socialista, foi presa como subversiva, tendo seu filho, com idade de 1 ano e meio, arrancado de seus braços e, posteriormente, encaminhado aos cuidados dos avós paternos.²⁵ Inicialmente foi tratada como presa comum, mas após o golpe de 1976 passou a ser tratada como presa política e enviada ao cárcere de mulheres da Villa Devoto, Unidade nº 2 da Penitenciária de Buenos Aires.

De acordo com o depoimento de Antognazzi, a Unidade nº 2 concentrava mais de mil mulheres, prisioneiras políticas, vindas de diferentes regiões da Argentina e de outros países – inclusive do Brasil –, bem como de diferentes grupos sociais. A entrevistada firma ainda que, entre

²³ MOTTA, Alda. Brito da. Gênero, idades e gerações – introdução. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, 2004, p. 351

²⁴ Atualmente é professora titular da Cátedra Problemática Histórica na Faculdade de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosários e Diretora do Grupo de Trabalho **Hacer la Historia**.

²⁵ ANTOGNAZZI, Op. Cit., 2008, p. 1



essas mulheres, encontravam-se desde garotas de 14 anos até mulheres de 70, sendo que o maior número se concentrava entre as idades de 22 a 35 anos.

É bom informar que entrevistamos Antognazzi duas vezes, em dois momentos e de formas distintas. A primeira entrevista ocorreu na cidade de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, em setembro de 2008. Nessa primeira entrevista, não sabemos por qual motivo, se pela figura do gravador ou se por nossa presença, a ela completamente estranha, Antognazzi nos passou uma imagem fugidia no que tange às questões que levantamos sobre sua identificação com a maternidade. Mesmo diante de nossa insistência em perguntas que envolviam seu filho, Antognazzi relatou muito pouco sobre ele, falou apenas que depois de ele ter sido levado aos avós paternos, foi revê-lo novamente cinco anos depois, já no exílio.

Percebemos que se Antognazzi se esquivara das questões que envolviam seu filho e a maternidade de maneira geral, ao contrário da postura diante dos questionamentos sobre sua militância e prisão, que descreveu com detalhes, demonstrava, talvez, certo desconforto com tais questões, possivelmente por perceber que não havia conseguido conciliar, no momento narrado, as identificações de mãe e de militante.

O segundo momento da narrativa de suas memórias ocorreu em janeiro de 2010. Ao procurarmos Antognazzi na cidade de Buenos Aires sem gravador ou bloco de anotações, mas apenas para uma visita de cortesia, ela concordou em conceder uma nova entrevista. Dessa vez sem gravador, mas escrita por ela.

A Antognazzi fugidia, receosa de falar sobre como lidou com as identificações da militância e da maternidade, dá lugar a uma mulher com *gana* de *sacar* dos subterrâneos de suas memórias uma parte de sua experiência ainda latente e que sentia ser aquele o momento de expô-la.²⁶ A narrativa é de uma militante completamente engajada, tanto no passado como no presente, na luta por liberdade, justiça e direitos humanos e de uma mãe ciente de suas falhas e de seus acertos.

Do nascimento do filho até sua prisão, Antognazzi relata que não teve nenhum problema em conciliar as duas identificações, tanto que “yo realizaba las tareas de la militancia, que eran todas legales, llevando a mi bebé junto con su ropita y comidas a las reuniones, y recurriendo a mis padres para algunas tareas en que no era apropiado llevarlo.”²⁷ Seus problemas nessa conciliação, de acordo com sua narrativa, tiveram início quando da sua prisão, já que via como problemáticas as

²⁶ Certamente, essa mudança de comportamento teria que ser analisada de maneira mais profunda, tendo em vista que o momento presente interfere na rememoração do passado, portanto em sua narrativa.

²⁷ ANTOGNAZZI, Irma. Entrevista Escrita, concedida a Ivonete Pereira em janeiro de 2010. Material disponível no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) aos seus pesquisadores, p. 1



visitas no cárcere feitas por seu filho. Embora essas não passassem de duas por ano, preocupava-a a longa viagem que os avós faziam com ele para que o filho pudesse vê-la.

Na prática, os conflitos tornaram-se mais aguçados quando teve início seu exílio, onde ela se reencontrou com o filho.

Los abuelos lo llevaron para encontrarnos y lo dejaron conmigo, solito conmigo, una extraña para él, y además sin el padre frente a la promesa de los abuelos que íbamos a “estar los tres juntitos”. En ese entonces, pocos meses, mi hijo cumplió allí 7 años. Iba a la escuela, otra lengua, sin su perro, sin sus abuelos, sin su mundo de escuela y amigos de Argentina. Otra movida fue el viaje hacia el país donde estaba el padre. Fue para mi hijo un golpe fuerte porque volvió a pensar en “los tres juntitos” y no pudo ser. Otra escuela, otras costumbres, otra lengua y al padre bastante ausente. Poco tiempo después salimos hacia Argentina haciendo una escala en un país limítrofe. Casi un año allí. Otra lengua, otro ambiente, y siempre compartiendo conmigo mi militancia, dedicada sobre todo en esos años a trabajar para subsistir y estudiar.²⁸

Antognazzi explica que quando foi presa, os militares buscavam seu companheiro, pai de seu filho, um dos líderes do movimento e que, naquela noite, participava de uma reunião em um bairro distante. Quando Antognazzi saiu da prisão e foi com seu filho encontrá-lo na Itália, onde ele estava exilado, ouviu dele que ela havia “se demorado” muito, que ele já estava com outra mulher. Segundo a entrevistada, isso foi um grande golpe para ela, mas mais ainda para seu filho, já que os avós sempre associavam a saída dela da prisão ao reencontro e união dos três. Essa questão, ligada a todas as outras que envolvem a vida de pessoas exiladas, fizeram com que ela tivesse grandes dificuldades na própria busca de alternativas de subsistência.

Em sua narrativa, ao contrário de Amelinha, Antognazzi não nega os conflitos que teve em conciliar as identificações da militância com a da maternidade. Ela assume os conflitos principalmente quando reflete sobre os desdobramentos que sua militância teve na vida de seu filho. De acordo com sua fala, devido à sua militância a vida dele passou por três grandes rupturas.

A primeira, narra ela, foi quando seu filho passou a viver com os avós, após sua prisão, e ela acompanhava seu crescimento por meio das poucas e esparsas visitas dele ao cárcere. A segunda teria sido quando ele se separou dos avós e passou a viver com ela no exílio, onde ambos tiveram que se adaptar a novos contextos, a novas culturas, constituir novas subjetividades. A terceira foi quando deixaram o exílio, após três anos: “llegar a la Argentina e ir a vivir a la misma casa donde había sido el allanamiento. Otra escuela. Estaban los abuelos pero los años pasados habían provocado una distancia entre mi hijo y ellos agravada porque vivían en otra ciudad.”²⁹

Desde o exílio, a partir do qual seu filho teve que desfazer antigos laços e tecer novas relações, até o convívio na casa em que outrora ele, em seu primeiro ano de vida, convivera com

²⁸ ANTOGNAZZI, Op. Cit., 2010, p. 4.

²⁹ Idem,



seus pais, Antognazzi diz ter consciência de que, devido à sua militância, em vários momentos da vida dele ela não conseguiu ser e dar o aporte que ele esperava e necessitava: “debo ver que mi militancia en estas etapas difíciles del exilio y del retorno que coincidieron con su adolescencia y juventud no me dejó tiempo suficiente para ayudarlo a resolver todos sus problemas.”³⁰

As palavras de Antognazzi apontam o conflito que vivenciou por não dar conta de conciliar a sua identificação de militante com a da maternidade. Ao contrário do que afirma Amelinha, quando diz que sua militância influenciou seus filhos a seguirem sua luta³¹, Antognazzi ressalta que seu filho³² descobriu outra forma de contestar e de lutar por um “mundo melhor”, trilhando os caminhos da música – tornou-se um grande baterista em seu país –, e que a influência de sua militância ficou restrita aos sólidos princípios que ele possui.³³

Inquirida, ainda, sobre se em algum momento se arrependeu de ter tentado conciliar ambas as identificações, responde:

No tengo recuerdo de haberme arrepentido de nada. Por el contrario mantuve firme la idea de que todo lo que había hecho y lo que hacía dentro de la cárcel era parte de mis decisiones políticas que defendía; también tenía presente en todo momento mantener una imagen de dignidad y consecuencia entre mis principios y mi práctica que estaba segura iban a servir a mi hijo como modelo de vida. Esperaba ansiosamente noticias por carta acerca de él para poder seguir de alguna manera su crecimiento. Fueron 5 años de prisión que yo los medía al constatar su crecimiento a través de las escasas visitas. [...] La figura de mi hijo fue un norte, una guía, una estrella que me guiaba para estar bien en la prisión, para sortear los obstáculos, para que me encuentre bien a mi salida.³⁴

Antognazzi diz ainda que, apesar de em muitos momentos ter sido acusada por seu filho de ter se dedicado mais à militância do que a ele, e com todas as dificuldades que enfrentou em relação a essa questão, jamais deixou que suas atividades de militância se sobressaíssem à sua atuação como mãe – contradizendo-se, já que anteriormente havia afirmado que a militância não deixou que ela destinasse a devida atenção aos problemas do filho enquanto adolescente. Reconhece, contudo, que falhou com ele, pois havia lhe prometido que, com a sua luta, iria “mudar o mundo”; “pero, es cierto no pude cambiar el mundo ¡todavía! Ja! como se lo había prometido.”³⁵

Amelinha e Antognazzi, duas mulheres, dois países, duas histórias. São vidas que se cruzam nos sonhos, nos ideais e na luta pela vida, pela liberdade e pelos direitos humanos. São duas

³⁰ Ibidem

³¹ Janaína entrou para o PCdoB aos 13 anos de idade. Tanto ela como Edson, ao lado da mãe, estão engajados em movimentos de responsabilização do Estado e de luta em defesa dos direitos humanos, políticos e civis.

³² Em nenhum momento das duas entrevistas Antognazzi diz o nome do filho. Embora saibamos seu nome devido a conversas informais, optamos por não expô-lo, uma vez que acreditamos ter sido proposital a omissão, nas entrevistas, feita por ela.

³³ ANTOGNAZZI, Op. Cit., 2010, p. 4.

³⁴ Idem, p. 2-3

³⁵ Ibidem.



mulheres que carregam consigo marcas extremamente semelhantes: mães e militantes, lutaram com a esperança de dar a seus filhos um “mundo” melhor, mais digno. Suas subjetividades, porém, fazem com que outras feridas do passado ainda as machuquem: Amelinha denuncia a dor de quando foi expulsa do partido³⁶ e Antognazzi o claro ressentimento em relação ao companheiro, que a abandonou na prisão.³⁷

Essas mulheres, ao narrarem suas memórias, nos mostram que são sujeitos detentores de subjetividades, que carregam em si toda uma carga de símbolos e de significados, os quais nem sempre são compreendidos por nós e devem, portanto, ser analisados de maneira cuidadosa. Trata-se de uma cautela essencial para não nos perdermos no emaranhado de suas narrativas, correndo assim o risco de não percebermos que, se em suas trajetórias, existem semelhanças em suas identificações – resguardadas as particularidades –, como no caso da militância, e que também existem, para uma mesma identificação – a da maternidade –, significações distintas.

Se, para Amelinha, a maternidade é um projeto coletivo, para Antognazzi é individual. Contudo, apesar das diferentes significações dadas por uma e por outra, no vivenciar tal identificação, ambas narram apreensões, problemas, sonhos e conflitos que aproximam suas histórias e demonstram que, apesar de não necessitarem mais usar de codinomes e/ou criarem ficções/realidades, ainda, no “constituir de si”, lutas cotidianas são travadas, lutas durante as quais os paradigmas de suas causas são constantemente repensados.

Bibliografia

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*, 5(2), 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

MOTTA, Alda Brito da. Gênero, idades e gerações – introdução. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, 2004.

³⁶ TELES, Op. Cit., p. 11

³⁷ ANTOGNAZZI, Op. Cit., 2010, p. 3



REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.